

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o Ministro Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Estatais e governos somam 36% dos recursos do BNDES	2
Título: Gás natural é elemento-chave na relação entre Bolívia e Brasil	3
Título: Opositores pedem a Moro sanções contra Maduro.....	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Dilma ‘deu corda’ para implicar Lula, diz Palocci.....	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Dilma ‘deu corda’ para Lava Jato ‘sufocar’ Lula, diz Palocci	7
Título: Mudança climática na América Latina	9
Título: Ciclo de empréstimo público acabou, diz Petrobrás	11

VEÍCULO: O Globo**Data: 19/01/2019****Seção: Colunas****Autor: Míriam Leitão Com Alvaro Gribel e Marcelo Loureiro (interinos)****Título: Lista Repetida No Bndes**

A lista com os 50 maiores clientes do BNDES anunciada como novidade pelo governo já havia sido divulgada no Livro Verde, pela própria instituição, durante a gestão de Paulo Rabello de Castro. A diferença é que o Livro Verde vai até 2016, e a lista de ontem está atualizada até 2017. Petrobras e Embraer lideram. A Odebrecht, que vinha em terceiro, caiu para quinto, cedendo lugar para Norte energia e Vale.

VEÍCULO: O Globo**Data: 19/01/2019****Seção: Economia****Autor:****Título: Estatais e governos somam 36% dos recursos do BNDES**

Estatais e governos concentraram mais de um terço (36%) do apoio financeiro concedido pelo BNDES aos 50 maiores clientes ao longo dos últimos 15 anos, de acordo com informações divulgadas ontem pela instituição. Juntos, receberam R\$ 173,8 bilhões, via financiamento ou pela chamada renda variável, isto é, compra de participações ou de títulos da dívida das empresas. Já a Petrobras e suas subsidiárias receberam R\$ 91 bilhões entre 2004 e 2018, quase 20% do total desembolsado aos 50 maiores tomadores, de R\$ 482,8 bilhões.

Embora os dados já estivessem disponíveis desde 2015, foi a primeira vez que o BNDES divulgou em ranking que agrega empréstimos e investimentos de renda variável quanto cada empresa ou governo recebeu. Especialistas afirmam que a medida ainda não resolve a questão da transparência do banco, alvo de críticas de especialistas e economistas. Ontem, o presidente Jair Bolsonaro elogiou a iniciativa do BNDES em uma rede social.

Depois da Petrobras, que lidera o ranking, vem a Embraer, com R\$ 49,4 bilhões (10,2%), seguida da Norte Energia, que opera a hidrelétrica de belo monte, com R\$ 25,4 bilhões (5,2%). Em quarto lugar está a Vale, com R\$ 22,489 bilhões (4,6%), e, em quinto, a Odebrecht, alvo da Lava-Jato, com R\$18,133 bilhões (3,7%).

PARA PETROBRAS, CICLO ACABOU

Para o professor Istvan Kasznar, da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (Ebape/FGV), os dados refletem a política do BNDES nos últimos anos, de financiar os chamados campeões nacionais: —É preciso abrir o portal em 100%. Mostrar os 50 não me convence. É uma amostra irrelevante. O BNDES precisa divulgar sua lista de fornecedores e os contratos firmados nesse período.

Em nota, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, comentou o levantamento, que ainda apontou recursos para a Transpetro, a TAG (rede de gasodutos do Nordeste) e uma subsidiária da estatal no exterior. "Este ciclo em que a Petrobras se valia de empréstimos de bancos públicos, com juros diferenciados, com o objetivo de financiar seus projetos, acabou. Entendemos que grandes empresas que dispõem de fácil acesso aos mercados financeiros não precisam ser subsidiadas com recursos públicos que deveriam ser investidos em programas em prol da sociedade", afirmou.

Outras estatais receberam apoio do BNDES. Como a Eletronuclear, com R\$6,1 bilhões; a Caixa Econômica Federal, com R\$ 8,719 bilhões; e o Banco do Brasil, com R\$ 7,245 bilhões. Entre os governos estaduais —um total de R\$ 39,7 bilhões em empréstimos —, São Paulo recebeu R\$ 14,4 bilhões, e Rio de Janeiro, R\$ 7,6 bilhões. A lista inclui ainda Ceará, Maranhão, Espírito Santo e Santa Catarina. Já o município do Rio tomou R\$ 5,6 bilhões do BNDES.

Por setores, o maior volume foi para o petrolífero, puxado pela Petrobras. Em seguida, vem o setor de energia, com desembolsos de R\$ 54,328 bilhões. Além da Norte Energia, há Energia Sustentável do Brasil, responsável pela Usina de Jirau (R\$ 9,4 bilhões), e Santo Antônio Energia (R\$ 8,1 bilhões). O setor de telecomunicações foi o terceiro que mais recebeu recursos, com R\$ 36,5 bilhões. A Oi, em recuperação judicial, ficou com R\$ 14,1 bilhões, seguida de TIM (R\$ 12,1 bilhões) e Telefônica (R\$10,2 bilhões).

—A análise de crédito do banco me parece falha, como os financiamentos concedidos a empresas que acabaram em recuperação judicial —avaliou Kasznar.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/01/2019

Seção: O Mundo

Autor: Janaína Figueiredo

Título: Gás natural é elemento-chave na relação entre Bolívia e Brasil

Presidente boliviano aposta em peso econômico da relação bilateral

A relação com o Brasil tem peso estratégico e econômico para a Bolívia de Evo Morales e, nessa relação, o gás ocupa um lugar central. No final do ano, vencerá um acordo selado em 1999 que estabelece preços e quantidades sobre a exportação de gás boliviano para o Brasil —e a intenção da Petrobras seria reduzir ambos, segundo Francesco Zaratti, analista em temas energéticos e professor da Universidade Maior de San Andrés.

Isso explica, em parte, a jogada de aproximação do chefe de Estado boliviano com o governo de Jair Bolsonaro. As últimas ações diplomáticas de Morales mostram que o boliviano tenta acomodar a aliança com bolivarianos junto a uma boa relação com Bolsonaro, agora líder de seu principal sócio comercial. A Bolívia, diz Zaratti, "quer garantir uma negociação favorável e, também, dar um sinal ao mercado de que continuará vendendo gás ao Brasil, algo fundamental para a futura captação de investimentos".

—A capacidade de produção caiu nos últimos anos, a Bolívia precisa de investimentos. Se existir a sensação de que o mercado brasileiro será perdido, o custo será altíssimo para o país—afirma Zaratti. Para permanecer no poder, Morales deve convencer os bolivianos de que conseguirá manter a estabilidade econômica. Isso seria inviável, segundo analistas, sem uma boa relação com o Brasil. O mercado brasileiro representa hoje entre 20% e 30% das exportações de gás boliviano. No passado, esse percentual já atingiu 50%.

A renovação do contrato de 1999 gera preocupação e há forte temor de que o Brasil reduza drasticamente tanto a quantidade comprada como os preços pagos ao vizinho. —Hoje, a Petrobras compra 20 milhões de metros cúbicos diários. No melhor cenário, esse número cairá para 15 milhões— explica o analista. Ele acredita que "a Petrobras colocará sobre a mesa de negociação uma necessidade menor, já que nos últimos anos ampliou sua capacidade interna de exploração de gás e outras fontes de energia".

O contrato em vigor estabelece que a demanda diária do Brasil pode chegar a até 30 milhões de metros cúbicos por dia. —No ano passado, as exportações de gás da Bolívia atingiram US\$ 2 bilhões, e o Brasil tem uma participação muito grande nisso—diz Zaratti.

PRESSÕES INTERNAS

Morales enfrenta muitas pressões internas por parte de setores empresariais, que demandam bons vínculos com sócios comerciais como Brasil, Peru e Chile. As necessidades são variadas e incluem, ainda, o eterno drama de não contar com uma saída soberana ao mar. A derrota em 2018 na Corte Internacional de Haia no litígio contra o Chile foi um revés duro para o presidente.

Os empresários bolivianos continuam com acesso ao porto chileno de Arica, sem custo algum, mas avaliam outras alternativas, como o porto de Ilo, na fronteira com o Peru. Também existe a opção da hidrovia do Rio Paraná, que passa por Brasil, Paraguai e Argentina, mas esta não tem capacidade para grandes carregamentos e não resolve o problema da saída ao Pacífico. Mais uma vez, o isolamento regional, opção adotada pelo presidente venezuelano, Nicolás Maduro, seria catastrófica para seu parceiro boliviano.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/01/2019

Seção: O Mundo

Autor: Eliane Oliveira

Título: Opositores pedem a Moro sanções contra Maduro

Em reunião com o ministro da Justiça em Brasília, presidente do Tribunal Supremo de Justiça no exílio, Miguel Ángel Martín, afirma que regime venezuelano tem como sustentação o crime organizado

Acompanhado de líderes exilados da oposição ao governo de Nicolás Maduro, o presidente do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) no exílio, Miguel Ángel Martín, pediu ontem ao ministro da Justiça, Sergio Moro, que o Brasil adote logo sanções penais e administrativas contra autoridades venezuelanas. Segundo Martín, o regime de Maduro tem como sustentação o crime organizado, financiado pelo narcotráfico, o tráfico de pessoas, a corrupção, o terrorismo e a lavagem de dinheiro.

Sem citar nomes, ele disse que o esquema envolve outros países. —Não estamos lidando com um simples ato de corrupção em nosso país. São atos extremamente graves envolvendo vários países, instituições e organizações— disse Martín. Ele e o representante da Organização dos Estados Americanos (OEA), Gustavo Cinosi, disseram que Moro ofereceu todo o apoio e que começaria a trabalhar "o mais rápido possível". Porém, segundo o Ministério da Justiça, Moro foi "solidário", mas não assumiu qualquer compromisso.

O presidente do TSJ, que vive atualmente nos EUA, relatou ter afirmado a Moro que o Brasil não teria problemas em usar a Convenção de Palermo como instrumento para prender pessoas, bloquear bens e aplicar outras penalidades contra grupos suspeitos desses crimes. Disse ter argumentado ao ministro da Justiça que o governo do presidente Jair Bolsonaro tem como bandeira a luta contra a corrupção. —O Brasil tem o compromisso do presidente Bolsonaro de lutar contra a corrupção, e o ministro Moro criou essa sensação de que, sim, podemos lutar contra o crime organizado— destacou.

CONVENÇÃO DE PALERMO

Instituída em 1998, a Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional, ou simplesmente Convenção de Palermo, prevê o combate aos delitos internacionais de maneira conjunta por um grupo de países, respeitadas as legislações nacionais. É com base neste instrumento que os políticos venezuelanos querem que Moro tome a frente no combate aos grupos criminosos e narcotraficantes que estariam sustentando Maduro.

Nos bastidores, os EUA também estariam participando dessa articulação. —A Convenção de Palermo, claramente, estabelece que cada país signatário, através de medidas administrativas ou judiciais, pode prender pessoas, congelar bens e realizar todas as investigações dentro do país. Queremos buscar soluções rápidas—disse Martín.

No mês passado, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) chegou a afirmar, em visita aos EUA, que o Brasil estuda parcerias com os americanos para pesquisar crimes financeiros, e disse que há instrumentos dentro da Convenção de Palermo contra o crime organizado, que seriam usados contra Venezuela e Cuba. Tradicionalmente, o Brasil não investiga unilateralmente supostos crimes cometidos em outros países, a não ser como parte de acordos de cooperação judicial.

No entanto, pelo tom da nota divulgada na noite de quinta-feira pelo Itamaraty, após uma reunião entre o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, representantes do Grupo de Lima (integrado por 14 países do continente), os opositores ao governo de Maduro e o subsecretário do Tesouro americano, Marshall Billingslea, a situação pode mudar. No texto, o Itamaraty diz claramente que o regime de Maduro está ligado ao terrorismo, ao narcotráfico e a outros ilícitos.

Na reunião de quinta-feira, os opositores de Maduro pediram que o Brasil reconheça um governo de transição com o presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, no comando. O Brasil deu sinais de que daria o apoio, mas não expressou tal posição na nota.

CASO DELICADO PARA O BRASIL

No início deste mês, o Grupo de Lima aprovou texto pedindo que Maduro não tomasse posse e estabelecendo uma série de sanções, como a não liberação do ingresso de autoridades venezuelanas nos países do bloco. Segundo uma fonte do governo brasileiro, a situação é bastante delicada. Antes de adotar sanções, é preciso levar em conta a fronteira de mais de 2.000km com aquele país, a ajuda humanitária dada pelo Brasil aos imigrantes venezuelanos, o fato de o

estado de Roraima depender da energia da Venezuela e limitações da legislação brasileira.

Essa fonte disse, ainda, que por enquanto não se cogita romper as relações diplomáticas com a Venezuela. A avaliação é que o melhor seria "deixar uma porta aberta".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/01/2019

Seção: Poder

Autor: Bruna Narcizo

Título: Dilma 'deu corda' para implicar Lula, diz Palocci

O ex-ministro Antonio Palocci relatou que a ex-presidente Dilma Rousseff "deu corda para o aprofundamento das investigações" da Operação Lava Jato para implicar o ex-presidente Lula.

As informações estão em um dos termos de colaboração fechada por Palocci com a Polícia Federal em Curitiba. O depoimento foi anexado ao inquérito da PF sobre a Usina de Belo Monte.

Segundo ele, havia uma "ruptura" entre Lula e Dilma, e dois grupos distintos se formaram dentro do PT. Ele diz que a "briga" entre os dois começou com a indicação de Graça Foster para a presidência da Petrobras.

A nomeação representava "meios de Dilma inviabilizar o financiamento eleitoral dos projetos de Lula retornar à Presidência".

O ex-ministro relatou que Dilma tentava se afastar do controle de Lula. Afirmou que, com o avanço da Lava Jato, a única preocupação de Lula era preservar a própria imagem.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/01/2019

Seção: Política

Autor: Ricardo Brandt Fausto Macedo Luiz Vassallo

Título: Dilma 'deu corda' para Lava Jato 'sufocar' Lula, diz Palocci

Em depoimento à Polícia Federal, ex-ministro fala em "ruptura" por controle da Petrobras e recursos para campanha eleitoral

Em delação premiada fechada com a Polícia Federal, o ex-ministro Antonio Palocci afirmou que havia uma "ruptura" entre os ex-presidentes Luiz Inácio

Lula da Silva e Dilma Rousseff, criada a partir da indicação de Graça Foster para a presidência da Petrobrás. Segundo o ex-ministro, em função dessas divergências, Dilma teria "dado corda" para o aprofundamento das investigações da Lava Jato para implicar e "sufocar" o ex-presidente. Por seu relato, a nomeação de Graça representava "meios de Dilma para inviabilizar o financiamento eleitoral dos projetos de Lula retornar à Presidência".

À época, Dilma presidia o conselho de administração da Petrobrás. "Esse momento de ruptura se caracterizava por um ex-presidente dominante que queria controlar o governo de sua indicada e preparar sua volta à Presidência, sendo que isso exigia um controle do financiamento lícito e ilícito do seu instituto e do PT, ao passo que a presidente lutava pela renovação de seu próprio mandato", disse Palocci no depoimento. Palocci depôs no dia 9 de agosto do ano passado.

O relato do ex-ministro foi anexado anteontem ao inquérito da PF que investiga supostas fraudes na licitação e construção da usina de belo monte, no Pará. Dinheiro. Em sua delação, o ex-ministro afirmou ainda ter entregado propinas em espécie a Lula. Palocci relatou pelo menos dois episódios aos investigadores, um no Terminal da Aeronáutica, em Brasília, e outro no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, em que teria entregue dinheiro vivo da empreiteira Odebrecht em uma caixa de celular e em uma caixa de uísque.

Lula sempre negou o recebimento de valores ilícitos. Este depoimento foi dado em 13 de abril do ano passado, uma semana depois que o ex-presidente foi preso para cumprir pena de 12 anos e 1 mês de reclusão no processo do triplex do Guarujá. Segundo Palocci, os repasses a Lula teriam ocorrido em 2010. O ex-ministro relatou uma conversa que teria tido com Marcelo Odebrecht na qual o empresário acertou o repasse de R\$ 15 milhões para o ex-presidente depois que a empreiteira entrou no negócio de belo monte.

O delator, que foi alvo da Operação Omertà, desdobramento da Lava Jato em 2016, livrou-se da prisão depois que fechou acordo de delação com a PF. Palocci afirmou ter repassado "em oportunidades diversas" valores em espécie que variaram de R\$ 30 mil a R\$ 80 mil para Lula. Segundo Palocci, "os valores eram demandados pelo próprio Lula com a orientação para que não comentasse sobre os pedidos com Paulo Okamoto (presidente do Instituto Lula) e nem com ninguém".

Questionado pela Polícia Federal se tinha testemunhas de suas afirmações, Palocci apontou dois motoristas que trabalhavam para ele, na ocasião. Palocci detalhou duas entregas de dinheiro a Lula, uma em Brasília, no valor de R\$ 50 mil, "escondidos dentro de uma caixa de celular". A outra entrega teria ocorrido

em Congonhas. Ele contou que, a caminho do aeroporto, "recebeu constantes chamadas telefônicas de Lula cobrando a entrega".

O ex-ministro falou ainda de reunião com outra empreiteira, Andrade Gutierrez, na qual teria sido acertado pagamento de 1% em propinas sobre o valor recebido pelo grupo nas obras de belo monte. Em troca, Palocci atuaria contra um consórcio que estava tentando "atravessar" a licitação. Procurada, a Odebrecht informou que colabora com a Justiça nos termos do acordo que firmou com a Lava Jato. Até a conclusão desta edição, a reportagem tentava contato com a direção da Andrade Gutierrez.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/01/2019

Seção: Espaço Aberto

Autor: Joseph S. Tulchin

Título: Mudança climática na América Latina

Em outubro o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas divulgou relatório sugerindo que mesmo que os signatários do Acordo de Paris cumprissem todos os compromissos assumidos a temperatura planetária subiria mais de dois graus Celsius (2°C) até o fim do século. Evitá-lo demandaria uma ação política global, cada vez mais improvável. Vale a pena perguntar qual será o futuro econômico da América Latina ante as mudanças climáticas e que recursos políticos seus dirigentes têm para proteger a população dos efeitos das mudanças.

Apesar de mais de 75% dos latino-americanos reconhecerem a gravidade do problema, há indícios de que esse tema se está politizando. No Brasil, o novo governo anunciou a intenção de sair do Acordo de Paris e o País já não sediará a próxima rodada de conversações sobre o clima patrocinadas pela ONU, a COP-25. Jair Bolsonaro prometeu abrir as florestas tropicais à exploração comercial, apesar de o aumento do desmatamento ter consequências mundiais em curto prazo.

Alguns setores da economia latino-americana são mais vulneráveis que outros a ter seus ativos desvalorizados ou inutilizados pela mudança climática e pelas políticas adotadas para mitigá-la. Por exemplo, grandes reservas de combustível fóssil não deverão ser explorados se a América Latina pretender cumprir o que foi firmado no Acordo de Paris – que exige que quase 50% das reservas de petróleo e gás da região e 75% das de carvão permaneçam enterradas. A agricultura é o desafio mais problemático para os planos de adaptação da região ao clima.

No Brasil, os efeitos da mudança climática sobre a disponibilidade de água serão variados: estudo recente concluiu que o norte do País deve sofrer uma redução de 40% no volume de chuvas, mas no sul, elas aumentariam 30%. Como resultado, a produção de grãos como trigo e soja deve cair, mas em âmbito continental haverá aumentos, limitados, em zonas hoje marginais à produção de commodities. Culturas como café e vinho sofrerão mais. Está claro que a adaptação tem um custo e desafiará a capacidade dos governantes.

Mas se há riscos para a América Latina, também há oportunidades. Nenhuma região do mundo produz mais energia de fontes renováveis do que a América Latina, mas mais de 75% dessa energia vem de imensas hidrelétricas, que são vulneráveis à mudança do clima. Secas severas já causaram extensos apagões em bacias que apostaram seu futuro energético no poder hídrico – especialmente no Brasil. Em termos de recursos naturais e vontade política, o Chile talvez seja o país em melhor posição na região para se beneficiar de um futuro com base em energia renovável.

O país possui exatamente o tipo de recursos que o tornarão uma potência em energia renovável: em nenhum outro lugar há uma irradiação solar de longo prazo maior que no Deserto de Atacama. Se a energia solar que chega ao Atacama fosse plenamente aproveitada, já seria o suficiente para prover eletricidade para toda a América Latina, nos níveis atuais. O Atacama e a área em torno dele – que abrange Chile Bolívia e Argentina – também abrigam mais da metade do suprimento global de lítio, elemento crucial para as baterias usadas em veículos elétricos e que armazena energia produzida por fontes eólicas e solares.

Desenvolver recursos do lítio e se capacitar para criar produtos com valor agregado, eis uma vasta fonte potencial de renda para as nações andinas que desejem aproveitar o movimento global de abandono dos combustíveis fósseis. Se o Deserto do Atacama é o futuro epicentro da produção de lítio e energia solar, a costa atlântica do Brasil pode rivalizar com ele com a energia eólica. Beneficiando-se de ventos constantes e unidirecionais, a região atraiu altos investimentos externos entre 2009 e 2015.

As sucessivas crises políticas e econômicas sufocaram a produção, mas os leilões de energia marcados pelo governo brasileiro para 2019 e 2020 têm previsão de trazer mais 15 gigawatts de energia eólica para a rede elétrica. As economias sul-americanas estão, portanto, em excelente posição para lucrar com a mudança econômica global na direção da economia verde. Naturalmente, isso vai exigir que governos e atores privados reconheçam a urgência de fazer esses investimentos, agora, enquanto ainda existe uma chance – cada vez menor – de limitar o aquecimento a 1,5°C. As diferenças entre 1,5°C e 2°C de aquecimento são dramáticas.

Consideremos dois cenários diferentes para o futuro da América Latina, um em que a temperatura global aumenta 1,5° e outro em que esse aumento chega a 2°. No primeiro caso, uma seca na América do Sul duraria em média um mês. Mas num cenário de 2° de aumento a seca duraria três meses. Isso significa que, enquanto 18 milhões de pessoas sofreriam com a escassez de água no caso de um aquecimento climático de 1,5°, se o aumento for de 2° serão 25 milhões. O clima extremo – que compromete as condições de crescimento das regiões afetadas – aumenta exponencialmente à medida que a temperatura sobe, com diferenças notáveis entre cenários de 1,5° e 2°.

A Região Amazônica, por exemplo, sofrerá um aumento de 258% das situações climáticas de calor extremo sob 1,5° a mais, mas será de 737% num cenário de 2°. O Cone Sul registraria um aumento de 188% das situações de calor extremo num cenário de 1,5° de a mais da temperatura, e 553%, se ela exceder os 2°. A estabilidade política e econômica da América Latina dependerá da capacidade da região de atenuar os impactos sobre os pobres marginalizados de um admirável mundo novo de secas e temperaturas extremas, mesmo procurando beneficiar-se das oportunidades de negócios que poderão surgir.

A mudança climática, como a globalização, terá seus vencedores e perdedores. A América Latina já é a região com mais desigualdades no mundo. Como os efeitos da mudança climática atingem mais duramente os mais vulneráveis, os governos se verão diante de desafios que terão de lutar muito para lhes responder.

HISTORIADOR, DIRIGIU O PROGRAMA LATINO-AMERICANO DO WOODROW WILSON INTERNATIONAL CENTER FOR SCHOLARS EM WASHINGTON (1989 A 2005)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/01/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Ciclo de empréstimo público acabou, diz Petrobrás

O ranking divulgado ontem pelo BNDES confirmou que a Petrobrás é o maior cliente do banco. O novo presidente da companhia, Roberto Castello Branco, divulgou nota para informar que acabou o ciclo em que a estatal "se valia de empréstimos de bancos públicos".

Segundo o ranking, a Petrobrás contratou com R\$ 62,429 bilhões com o BNDES, incluindo o aporte de R\$ 24,8 bilhões em ações da estatal, por conta da

megacapitalização feita em 2010. Os valores sobem para R\$ 91,051 bilhões se forem incluídas as subsidiárias.

"Esse ciclo em que a Petrobrás se valia de juros diferenciados, com o objetivo de financiar seus projetos, acabou", diz a nota de Castello Branco. / V.N.

MME / ASCOM .